



Constância
MUNICÍPIO



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

3.º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

Julho de 2019

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

**PLANO DIRETOR MUNICIPAL
DE CONSTÂNCIA**

3.º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO

Julho de 2019

Na capa:

- (1) Constância – Capela de Sant' Ana;*
- (2) Constância – Festa de N. Sr.ª. da Boa Viagem;*
- (3) Constância – Ponte sobre o Zêzere;*
- (4) Constância – Janela Tradicional;*
- (5) Constância – Centro Histórico;*
- (6) – Constância – Rua do Arco;*
- (7) Constância - Decoração da Rua do Arco na Festa de N. Sr.ª. da Boa Viagem*
- (8) Casal do Montalvo – Olival*
- (9) Santa Margarida – Edifício com Interesse*
- (10) Portela – Conjunto com Interesse.*

EQUIPA TÉCNICA

Coordenação

Manuela Lopes | Arquitecta | Divisão Municipal de Serviços Técnicos

Compilação e tratamento de indicadores, dados estatísticos e informação geográfica

Luís Reis | Geógrafo | Divisão Municipal de Serviços Técnicos

Colaboração

Filipa Gomes | Engenheira de Proteção Civil | Prestação de serviços contratualizada

Marina Abreu | Engenheira do Ambiente e Biológica | Prestação de serviços contratualizada

Tiago Lopes | Engenheiro de Ciências Ambientais | Unidade de Serviços Sociais, Saúde, Educação, Cultura, Desporto e Turismo

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

INDÍCE

INTRODUÇÃO _____	7
ENQUADRAMENTO LEGAL _____	9
METODOLOGIA _____	10
FCD - SISTEMAS ECOLÓGICOS E BIODIVERSIDADE _____	13
Objetivos de sustentabilidade _____	13
FCD - QUALIDADE DO AMBIENTE _____	15
Objetivos de sustentabilidade _____	15
FCD - DESENVOLVIMENTO HUMANO _____	18
Objetivos de sustentabilidade _____	18
FCD – PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO _____	21
Objetivos de sustentabilidade _____	21
FCD – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO _____	22
Objetivos de sustentabilidade _____	22
FCD - RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS _____	23
Objetivos de sustentabilidade _____	23
FCD - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL _____	25
Objetivos de sustentabilidade _____	25
FCD – GOVERNANÇA _____	28
Objetivos de sustentabilidade _____	28
AVALIAÇÃO DOS FCD _____	29
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PDM _____	35
Nível de execução do PDM - Projetos e intervenções _____	35
Execução do PDM - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão _____	40
RECOMENDAÇÕES _____	43
Medidas por FCD _____	43
BIBLIOGRAFIA _____	47
Relatório de Monitorização do PDM de Constância	5

Fontes bibliográficas	47
Legislação consultada	48
<i>Links</i>	48
Referências a fontes de dados	48

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Enquadramento do Concelho e das Freguesias de Constância	8
Figura 2 - Nível de Execução do PDM no 3.º ano de vigência	37
Figura 3 - Localização das UOPG e identificação das respetivas prioridades de execução	41

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – FCD - Sistemas ecológicos e biodiversidade	14
Quadro 2 – FCD - Qualidade do ambiente.....	16
Quadro 3 - FCD - Desenvolvimento humano.....	19
Quadro 4 - FCD – Património construído	21
Quadro 5 - FCD – Ordenamento do território	22
Quadro 6 - FCD - Riscos naturais e tecnológicos	24
Quadro 7 - FCD - Desenvolvimento económico local	26
Quadro 8 - FCD – Governança	28
Quadro 9 - Programa de Execução – Equipamentos, Habitação, Espaços Verdes, Turismo e Rede Rodoviária.....	35
Quadro 10 - Execução - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.....	40

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

INTRODUÇÃO

A 1ª revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Constância, publicada na II Série do Diário da República a 2 de setembro de 2015 (Aviso n.º 10012/2015), entrou em vigor a 21-03-2016, na sequência da produção de efeitos da Portaria n.º 46/2016, de 18 de março, que aprovou a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Constância, tendo recentemente concluído o seu 3.º ano de vigência.

A Declaração Ambiental (abril de 2016) aprovada por unanimidade de acordo com a deliberação camarária datada de 05-05-2016, integra o resultado final da ponderação das questões suscitadas na Discussão Pública, dos diversos pareceres das entidades consultadas e das retificações efetuadas à proposta final do Plano no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), identificando ainda a forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no Plano e definindo as medidas de controlo e monitorização da implementação do PDM.

Para se proceder à avaliação e controlo contínuo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano, durante a sua vigência, é necessário verificar a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

Assim, dando continuidade ao processo iniciado em 2017, com a publicação do 1.º Relatório de Monitorização do PDM de Constância e continuado em 2018, com a publicação do 2.º Relatório, o presente documento visa dar resposta ao preconizado no Artigo 11.º (Avaliação e controlo) do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, designadamente proceder à recolha, tratamento e análise da informação associada aos diversos indicadores identificados na Declaração Ambiental do PDM, reportada, sempre que possível, a 2019, apresentando as tendências de evolução nos mais variados domínios, evidenciando deste modo o grau de execução do PDM.

Este Relatório evidencia a prossecução do processo de acompanhamento sistemático da implementação do PDM, capaz de monitorizar as dinâmicas registadas no território

concelho, que influenciam não só as condições ambientais e a sustentabilidade do território, mas também o seu desenvolvimento e crescimento económico, a melhoria das condições de vida da população residente, e o apoio à decisão política e respetivas medidas de intervenção, promovendo o acompanhamento regular do exercício das atividades previstas e a articulação com a estratégia de desenvolvimento municipal.

Os resultados do controlo devem ser comunicados à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), e divulgados pelo Município através de meios eletrónicos, atualizados com uma periodicidade mínima anual, em conformidade com o previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual.

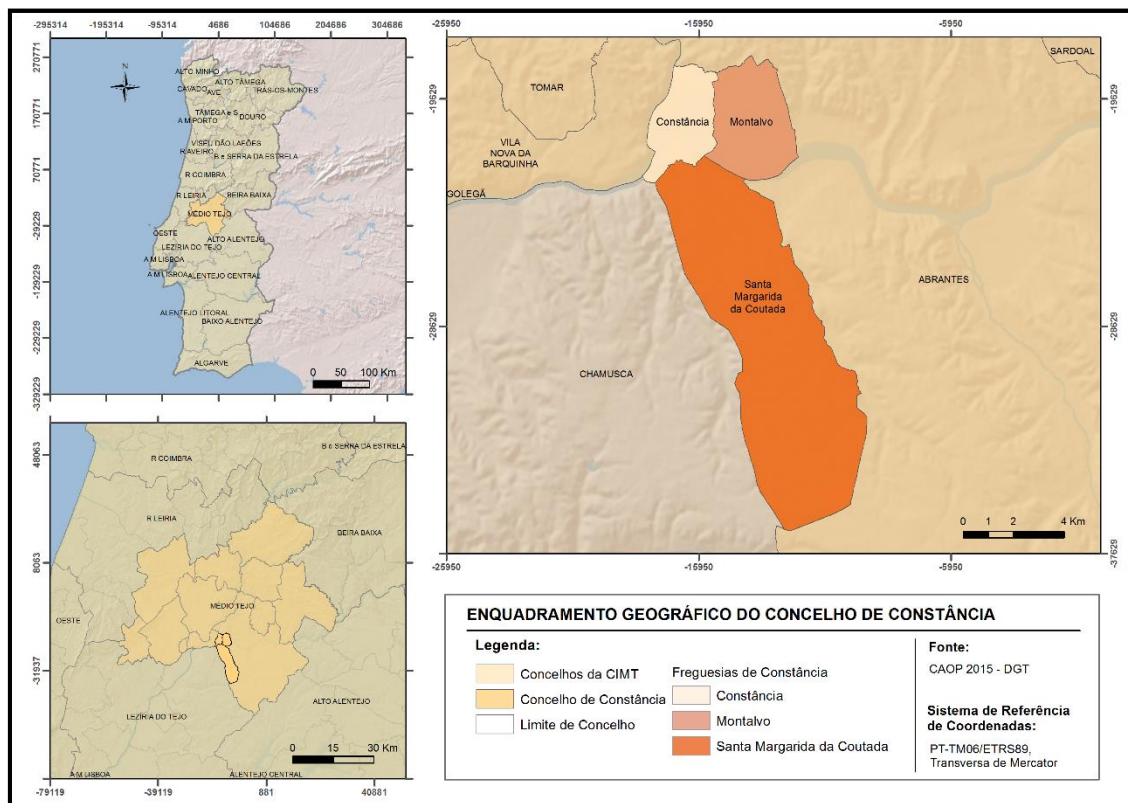


Figura 1 - Enquadramento do Concelho e das Freguesias de Constância

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

ENQUADRAMENTO LEGAL

Conforme é mencionado no diploma que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos seus efeitos no ambiente, “...a avaliação ambiental de planos e programas pode ser entendida como um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, que se destina a incorporar uma série de valores ambientais nessa mesma decisão. Mais precisamente, a avaliação ambiental de planos e programas constitui um processo contínuo e sistemático, que tem lugar a partir de um momento inicial do processo decisório público, de avaliação da qualidade ambiental de visões alternativas e perspectivas de desenvolvimento incorporadas num planeamento ou numa programação que vão servir de enquadramento a futuros projectos, assegurando a integração global das considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas relevantes que possam estar em causa.”¹.

Como já foi referido este Relatório de Monitorização reporta-se exclusivamente ao preconizado no Artigo 11.º (Avaliação e controlo) do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, não possuindo portanto a ambição de um *Relatório sobre o estado do ordenamento do território* (REOT) que, tal como o definido no n.º 3 do Artigo 189.º (Relatórios sobre o estado do ordenamento do território) do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, deve ser elaborado pela câmara municipal de quatro em quatro anos, ou seja, no próximo ano de 2020, e submetido à apreciação da assembleia municipal. Os REOT, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo, “...traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão”.

No âmbito da avaliação ambiental do PDM, que obriga a uma monitorização anual, considerou-se pertinente a elaboração do presente Relatório, na sequência dos já produzidos nos dois últimos anos, de forma a avaliar e monitorizar o desempenho dos vários indicadores, as ações e objetivos implementados e o grau de concretização dos mesmos, favorecendo, assim, o desenvolvimento da programação estratégica anual do município.

¹ Extrato do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

METODOLOGIA

A Avaliação Ambiental da 1.^a Revisão do PDM de Constância foi suportada em oito vetores principais, considerados Fatores Críticos para a Decisão (FCD), na medida em que os mesmos foram considerados decisivos para o desenvolvimento da análise.

Os FCD considerados são:

- Sistemas ecológicos e biodiversidade – inclui as questões relacionadas com ecossistemas e habitats, áreas classificadas e paisagem;
- Qualidade do Ambiente – compreende a proteção do solo, qualidade da água, qualidade do ar, ambiente sonoro, alterações climáticas;
- Desenvolvimento humano – aborda a temática da população e infraestruturas;
- Património construído – inclui o património arquitetónico e arqueológico;
- Ordenamento do Território – compreende o uso e ocupação do solo e os instrumentos de gestão territorial;
- Riscos naturais e tecnológicos – inclui os incêndios florestais, erosão dos solos e cheias;
- Desenvolvimento económico local;
- Governança.

Os FCD tomam em consideração o Quadro de Referência Estratégico definido, bem como as questões ambientais referidas na alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, sobre as quais se considerou a possibilidade de ocorrência de efeitos significativos: a população, a saúde humana, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os bens materiais, o património cultural, a paisagem, a biodiversidade, os fatores climáticos e a fauna.

A Avaliação Ambiental efetuada permitiu, ainda, estabelecer um conjunto de diretrizes de seguimento e respetivas recomendações para cada FCD, com o objetivo de integrar as considerações ambientais no planeamento e implementação do Plano. Assim, neste Relatório propomo-nos avaliar e monitorizar a implementação do PDM de Constância, tendo por base esse sistema de indicadores e a sua aferição considerando os fatores

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

ambientais e socioeconómicos mais relevantes tendo em conta as questões estratégicas do Plano que são:

- Fortalecer as condições para a competitividade, inovação e empreendedorismo;
- Proteção e valorização do território concelhio, ao nível dos recursos naturais, culturais e patrimoniais (especial enfoque na estrutura ecológica urbana);
- Aproveitamento das potencialidades naturais, patrimoniais e culturais para o desenvolvimento de um turismo ambientalmente sustentável e economicamente atrativo;
- Reforço da coesão social e territorial;
- Desenvolver, reforçar e complementar redes de infraestruturas, acessibilidades e mobilidade;
- Hierarquização do sistema urbano e reforço da sede de concelho no contexto sub-regional;
- Definição das características do ordenamento em solo rural e urbano, delimitando o perímetro urbano e áreas urbanizáveis para conter o modelo de povoamento difuso e salvaguardar as áreas sensíveis, do ponto de vista natural e regulamentar;
- Eficiência da governança.

Considerando cada FCD, em função dos objetivos de sustentabilidade, foram identificados os indicadores e elaborou-se um quadro com a unidade de medida, periodicidade de análise dos dados, valor de referência à data da entrada em vigor do PDM e valor atual (se aplicável) especificando sempre que possível a data da informação em ambas as alturas, ou tendência de evolução futura e, fonte da informação, tendo-se recorrido, sempre que possível e quando a Câmara Municipal de Constância (CMC) não possuía nos seus registos essa informação, a fontes de informação fidedignas, tais como o Instituto Nacional de Estatística (INE), designadamente os dados dos Censos 2011, ou outros organismos oficiais, devidamente identificados.

A análise à evolução ocorrida relativamente a cada um dos indicadores selecionados é ilustrada recorrendo aos seguintes símbolos de identificação das tendências observadas, que assumem as cores vermelha ou verde consoante se trate de uma evolução considerada positiva ou negativa. Sempre que se considere o sentido evolutivo sem grande significado ou influência, é mantida a cor preta:

- ↗ Incremento
- Evolução estável
- ↘ Decréscimo
- Sem informação disponível

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

FCD - SISTEMAS ECOLÓGICOS E BIODIVERSIDADE

Objetivos de sustentabilidade

- Evitar a fragmentação de habitats e estabelecer corredores verdes que mantenham a sua conectividade, promovendo as deslocações de espécies;
- Preservar e valorizar os ecossistemas, de forma a manter a integridade das suas funções ecológicas;
- Proteger, promover a valorização e assegurar a conservação de áreas com especial valor ecológico;
- Minimizar incompatibilidades com áreas com estatuto de proteção nomeadamente REN e RAN;
- Proteger o carácter e diversidade da paisagem e potenciá-lo como elemento diferenciador de oferta turística.

Quadro 1 – FCD - Sistemas ecológicos e biodiversidade

Indicadores	Unidade de medida	Periodicidade	Valor de referência	Ano de referência dos dados	Valor atual	Evolução	Fonte
Populações de espécies ameaçadas e com estatuto de proteção (fauna e flora)	Número	Anual	0	2013	n.d. (2019) ²	→	ICNF CMC
Habitats / Unidades de Conservação	Número	Quinquenal	0	2013	n.a. (2019) ³	→	ICNF CMC
Habitats e Habitats prioritários	Número	Anual	0	2013	0 (2019)	→	ICNF CMC
Rios	Km	Anual	517,1	2013	517,1 (2019)	→	CMC
Matos e vegetação pioneira ⁴	ha	Anual	737,78	2013	680,12 (2019)	↘	DGT CMC
Floresta e matagais naturais ⁵	ha	Anual	3251,61	2013	5474,53 (2019)	→	DGT CMC
Área integrada na Estrutura Ecológica Municipal	ha	Anual	3.686,2	2013	3.686,2 (2019) ⁶	→	CMC
Área de RAN desafetada	%	Anual	1,6%	2013	0% (2019)	→	CMC
Área de REN desafetada	%	Anual	2,0%	2013	0% (2019)	→	CMC
Solo rural transformado em solo urbano/urbanizável	ha ou %	Anual	- 15,9% ⁷	2013	0% (2019) ⁸	→	CMC
Zonas de Intervenção Florestal	ha	Anual	0	2013	--- ⁹	-	CMC
Zonas de elevado valor paisagístico	ha	Anual	0	2013	0 (2019)	→	CMC
Novas áreas e/ou áreas propostas para recuperação/reconversão de áreas degradadas (monoculturas, com espécies invasoras, áreas ardidas, etc.)	ha	Anual	0	2013	0 (2019)	↘	CMC
Investimentos na proteção da biodiversidade e da paisagem	€	Anual	120.000,00	2013	197.000,00 (2017)	↗	INE

² Não disponível. Foram observados alguns indivíduos no terreno de espécies ameaçadas, mas não existe nenhum levantamento sobre efetivos populacionais.

³ Não aplicável.

⁴ Dados da Carta de Ocupação do Solo (COS) 2007 (para ano de referência) e 2015 (para 2019). Os valores de referência foram atualizados devido a uma retificação das áreas em função de nova metodologia utilizada.

⁵ Dados da Carta de Ocupação do Solo (COS) 2007 (para ano de referência) e 2015 (para 2019). A área registada na COS 2015 é bastante superior às COS anteriores porque a última edição possui menor desagregação de classes de espaço.

⁶ No âmbito da alteração ao PDM em curso é expectável que estas áreas aumentem.

⁷ Verificou-se uma redução do solo urbano com a Revisão do PDM, no total de – 107,6 ha.

⁸ No âmbito da alteração ao PDM em curso é expectável que estas áreas voltem a diminuir.

⁹ Encontram-se em constituição a ZIF 399/18 – Dois Rios e a ZIF 389/18 – Santa Margarida.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

FCD - QUALIDADE DO AMBIENTE

Objetivos de sustentabilidade

- Proteger as áreas ambientalmente vulneráveis;
- Proteger a qualidade do solo e evitar a sua contaminação;
- Controlar a impermeabilização dos solos;
- Proteger e assegurar a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos (superficial e subterrâneo) para os diferentes usos;
- Assegurar a qualidade das águas interiores;
- Assegurar a qualidade da água destinada ao consumo humano;
- Garantir uma boa qualidade do ar em aglomerados urbanos e núcleos rurais;
- Assegurar a qualidade do ambiente sonoro, visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações;
- O modelo territorial deve contemplar opções que assegurem o combate às alterações climáticas, mediante a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa (GEE);
- Promover o sequestro de carbono através da preservação dos espaços florestais;
- Garantir a eficiência energética e um consumo crescente de energia a partir de fontes renováveis.

Quadro 2 – FCD - Qualidade do ambiente

Indicadores	Unidade de medida	Periodicidade	Valor de referência	Ano de referência dos dados	Valor atual	Evolução	Fonte
Proporção de solo impermeabilizado ¹⁰	%	Anual	2,50	2013	3,00 (2019)	↗	CMC DGT
Investimento e despesa na proteção, recuperação e preservação ambiental dos solos	€	Anual	0	2013	18.111,00 (2018) ¹¹	↘	CMC INE
Qualidade da água superficial para os diferentes usos e qualidade da água subterrânea	Diversas, dependendo dos parâmetros analisados	Anual	B ¹²	2013	2016 ¹³	→	APA (SNIRH)
	Água da Albufeira de Castelo de Bode				Bom e Superior		
	Massas de Água Superficiais (Tejo e Zézere)				Inferior a Bom		
	Massas de Água Subterrâneas				Bom e Superior		
Disponibilidades hídricas ¹⁴	10 ⁶ m ³ /ano	Anual	914,76	2012/13	878,57 (2017/18)	↗	APA (SNIRH)
Área de espaços verdes de utilização coletiva no concelho ¹⁵	ha	Anual	11,06	2013	11,19 (2019)	↗	DGT, CMC
Área de coberto florestal ¹⁶	ha	Anual	5048,36	2013	5163,91 (2019)	→	DGT, CMC
	N.º de dias	Anual		2013 ¹⁸	(2017)		APA

¹⁰ Percentagem de área correspondente a estradas e edifícios em geral (de acordo com cartografia oficial da DGT), relativamente à área do concelho. Valores atualizados de acordo com a cartografia homologada, 1:10 000 de 1999 e 1:10 000 de 2015 (anos de referência). As diferenças verificadas relativamente aos anos anteriores decorrem de nova metodologia de contabilização mais rigorosa.

¹¹ Foi considerado o valor realizado para “Execução Faixas Gestão de Combustível” inscrito no mapa de execução das GOP.

¹² Qualidade da água superficial de acordo com anuário da qualidade da água publicado no SNIRH. Na seguinte escala de avaliação: A (Excelente); B (Boa); C (Razoável); D (Má); E (Muito Má). Para esta avaliação não existem pontos de água subterrânea no Concelho de Constância identificados no SNIRH (Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos).

¹³ Dados recolhidos no Plano de Gestão de Região Hidrográfica (2.º Ciclo) - 2016 a 2021.

¹⁴ Média dos períodos indicados relativamente ao Armazenamento Mensal na Albufeira de Castelo de Bode, de 1 de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2018.

¹⁵ Dados da Carta de Ocupação do Solo (COS) 2007 (para o ano de referência) e 2015 (para 2019).

¹⁶ Dados da Carta de Ocupação do Solo (COS) 2007 (para o ano de referência) e 2015 (para 2019), de salientar que foi considerada a megaclassificação florestas de acordo com a reestruturação da metodologia de classificação da COS 2015, daí que o valor seja inferior ao contabilizado em 2018.

¹⁸ Informação disponibilizada em 2019 para o ano de 2013 na Zona "Oeste, Vale do Tejo e Península de Setúbal".



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Índice de Qualidade do Ar ¹⁷	<i>Muito Bom</i>		5		8			
	<i>Bom</i>		297		318			
	<i>Médio</i>		55		36			
	<i>Fraco</i>		0		3			
	<i>Mau</i>		0		0			
Indicador de ruído diurno-entardecer-noturno (Lden)	dB(A)	Na alteração da revisão do PDM	ZM – 65 ZS - 55	2013	n.a.	-	CMC	
Indicador de ruído noturno (Ln)	dB(A)		ZM – 55 ZS - 45	2013	n.a.	-		
População exposta a níveis sonoros LAeq diurno > 65 dB (A) (zonas mistas) e > 55 dB (A) (zonas sensíveis) e População exposta a níveis sonoros LAeq noturno > 55 dB (A) (zonas mistas) e > 45 dB (A) (zonas sensíveis)	%							
	<i>Constância</i>		14,95	2013	n.a.	-		
	<i>Constância-Sul</i>		29,00		n.a.			
	<i>Malpique</i>		4,24		n.a.			
Capacidade dos sumidouros de carbono (áreas de coberto florestal)	ha		Anual	n.a.	---	n.a.		-
Produção bruta de eletricidade por fonte de energia renovável ¹⁹	MWh	Anual	n.d.	---	167.382 (2018)		CAIMA	
Proporção de transportes públicos que utilizam fontes de energia alternativas	%	Anual	0	2013	0 (2019)		CMC	
Potência e número de aproveitamentos hidroelétricos instalados	Mw N.º	Anual	0	2013	0 (2019)		Promotores de aproveitamentos hidroelétricos	

¹⁷ Com base na informação disponibilizada pela Agência Portuguesa do Ambiente para a estação de monitorização da qualidade do ar da Chamusca.

¹⁹ Dados relativos às entidades que produzem energia elétrica a partir de fontes renováveis nas instalações da CAIMA - Indústria de Celulose S.A. para o ano de 2018: Caima-Energia: 83 GWh; EDP-Produção Bioelétrica, SA: 84 GWh.

FCD - DESENVOLVIMENTO HUMANO

Objetivos de sustentabilidade

- Criação de novos postos de trabalho (direto, indireto e induzido);
- Salvar ou melhorar a qualidade de vida da população;
- Fomentar e apoiar a formação tecnológica e profissional;
- Reforço da inclusão social;
- Otimizar as redes existentes e programadas de infraestruturas de saneamento básico;
- Promover uma gestão integrada e sustentável dos resíduos;
- Assegurar a melhoria do sistema de acessibilidades e mobilidade;
- Dotar o território de equipamentos que satisfaçam as necessidades da população ao nível educativo, de lazer e recreio e em particular assegurando a capacidade de suporte da rede de cuidados de saúde;
- Incentivar o uso do transporte coletivo em detrimento do individual.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Quadro 3 - FCD - Desenvolvimento humano

Indicadores	Unidade de medida	Periodicidade	Valor de referência	Ano de referência dos dados	Valor atual	Evolução	Fonte
Taxa de variação da população residente	%	Decenal	6,32	2011	n.a.	-	INE
Densidade populacional	Hab/km2	Decenal	50,5	2011	n.a.	-	
Índice de Envelhecimento	N.º	Decenal	140,4	2011	n.a.	-	
Índice de dependência de idosos	Número	Decenal	33,8	2011	n.a.	-	
Índice de dependência de jovens	Número	Decenal	24,1	2011	n.a.	-	
Índice de dependência total	Número	Decenal	57,9	2011	n.a.	-	
Taxa bruta de natalidade	‰	Anual	7,7	2011	5,5 (2017)	↘	
Taxa bruta de mortalidade	‰	Anual	7,7	2011	11,0 (2017)	↘	
Distribuição da população por dimensão do lugar	%	Decenal					
	<i>População isolada</i>		2,07	2011	n.a.	-	
	<i>Menos de 2000 habitantes</i>		97,93	2011	n.a.	-	
	<i>2000 e mais habitantes</i>		0,00	2011	n.a.	-	
Proporção da população residente com pelo menos a escolaridade obrigatória, com o 3.º ciclo completo e com o ensino superior completo	%	Decenal					
	<i>Com 3.º ciclo completo</i>		47,16	2011	n.a.	-	
	<i>Ensino superior completo</i>		11,00	2011	n.a.	-	
Taxa de analfabetismo	%	Decenal	6,40	2011	n.a.	-	
Taxa de Atividade	%	Decenal	45,60	2011	n.a.	-	
Taxa de desemprego	%	Decenal	10,98	2011	n.a.	-	
Estabelecimentos de saúde (Centros de Saúde e extensões, Farmácias, etc.)	Número	Anual					INE CMC
	<i>Centros de Saúde</i>		1	2007	1 (2019)	→	
	<i>Extensão do Centro de Saúde</i>		2	2007	1 (2019) ²⁰	→	
	<i>Farmácias</i>		3	2013	3 (2019)	→	
Níveis de serviço da população com sistemas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais	%	Anual					INE CMC
	<i>População com abastecimento de água</i>		100 ²¹	2013	100 (2019)	→	
	<i>População servida com drenagem e tratamento de águas residuais</i>		95	2013	100 (2019)	→	

²⁰ Está em curso um processo para reabertura da Extensão do Centro de Saúde em Montalvo em novas instalações, encontrando-se o respetivo projeto de execução a aguardar a aprovação das autoridades competentes.

²¹ Valor estimado no PDM 2015 para valores muito próximos de 100%.

Resíduos urbanos recolhidos por tipo de recolha e destino	toneladas	Anual					INE
	<i>Recolha indiferenciada</i>		1.582	2011	1.463 (2017)	↗	
	<i>Recolha seletiva</i>		183	2011	337 (2017)	↘	
N.º de estabelecimentos de ensino e de equipamentos de saúde, sociais, desportivos e culturais	N.º	Anual					INE CMC
	<i>Estabelecimentos de ensino</i> ²²		12	2013	4 (2019)	↘	
	<i>Equipamentos de saúde</i>		3	2013	2 (2019) ²³	→	
	<i>Equipamentos sociais</i>		8	2013	9 (2019)	→	
	<i>Equipamentos desportivos</i>		19	2013	19 (2019)	→	
	<i>Equipamentos culturais</i>		20	2013	20 (2019)	→	
Extensão de vias asfaltadas no concelho	km	Anual	134	2013	134 (2019) ²⁴	→	CMC CIMT Rodoviária do Tejo IMT
População servida por paragens de transportes públicos a menos de 400m	%	Anual	n.d.	---	86,4 (2019) ²⁵	→	
Oferta e capacidade de transportes públicos	N.º	Anual					
	<i>Carreiras Inter-regionais</i>		n.d.	---	3 (2019)	→	
	<i>Carreiras Intermunicipais</i>		n.d.	---	3 (2019)	→	
	<i>Carreiras Municipais</i>		n.d.		1 (2019)	→	
	<i>Transporte a pedido</i>		0	2013	1 (2019)	→	
Frequência dos transportes públicos;	Horas	Anual	n.d.	---	4h (2019) ²⁶	→	
Extensão de percursos pedonais e de ciclovias no concelho	km	Anual	0	2013	30 (2019) ²⁷	→	

²² A redução do n.º de estabelecimentos de ensino está diretamente associada à construção dos novos Centros Escolares, traduzindo-se deste modo numa evolução positiva.

²³ Está em curso um processo para reabertura da Extensão do Centro de Saúde em Montalvo em novas instalações, encontrando-se o respetivo projeto de execução a aguardar a aprovação das autoridades competentes.

²⁴ Houve requalificação e beneficiação de algumas vias que já se encontravam asfaltadas.

²⁵ Foi usado como indicador o n.º de alojamentos existentes nos edifícios georreferenciados pelo INE (Censos 2011).

²⁶ Tempo de espera médio calculado entre carreiras com mais de um horário por dia, com base no *Relatório da Fase 2 – Definição da Rede e Serviços a Contratualizar no âmbito da Implementação do RJSPTP*.

²⁷ Dados correspondentes aos percursos das Grandes Rotas do Zêzere e do Tejo.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

FCD – PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

Objetivos de sustentabilidade

- Preservação, valorização e reabilitação do património arquitetónico e/ou arqueológico;
- Identificação de imóveis com interesse patrimonial e de áreas arqueológicas;
- Identificação de elementos passíveis de valorização.

Quadro 4 - FCD – Património construído

Indicadores	Unidade de medida	Periodicidade	Valor de referência	Ano de referência dos dados	Valor atual	Evolução	Fonte
Sítios e áreas com interesse arqueológico	N.º	Anual	74	2013	74 (2019)	→	CMC DGPC
Áreas com interesse patrimonial			30 ²⁸	2013	30 (2019)	→	
Imóveis classificados ou em vias de classificação			5	2013	5 (2019)	→	

O Concelho possui cinco imóveis classificados encontrando-se quatro classificados como **Imóveis de Interesse Público** e um como **Conjunto de interesse público**. São eles, designadamente:

- Igreja Matriz de Constância/Igreja da Nossa Senhora dos Mártires (Decreto n.º 39 521, DG n.º 21 de 30 janeiro 1954, ZEP - DG n.º 67 (II Série), de 20 de março de 1959);
- Igreja da Misericórdia de Constância (Decreto. n.º 95/78, DR n.º 210, de 12 setembro de 1978);
- Pelourinho de Constância (Decreto n.º 23 122, DG n.º 231, de 11 outubro de 1933);
- Casa Camões ou Casa dos Arcos (Decreto n.º 31/83, DR n.º 106, de 9 maio de 1983).
- Ponte de Santo Antoninho e respetivo Padrão (Portaria n.º 265/2010, DR n.º 73, de 15 de maio de 2010 (II Série).

A Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial da Direção-Geral do Património Cultural encontra-se a desenvolver o procedimento de classificação dos “*Sítios Arqueológicos de Santa Margarida da Coutada (Balneário Romano de Alcolobre, forno, barragem e necrópole)*”.

²⁸ E ainda todas as fontes, os miradouros, os alpendres e os lavadouros assinalados na Planta de Ordenamento do PDM.

FCD – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Objetivos de sustentabilidade

- Assegurar a concentração do espaço urbano, de modo a evitar a dispersão dos aglomerados urbanos;
- Evitar e minimizar a afetação de áreas sujeitas a condicionantes ambientais;
- Proteger as aptidões naturais dos solos, potenciá-las e evitar incompatibilidades entre usos e atividades;
- Salvaguardar solos pedologicamente evoluídos e com capacidade produtiva.

Quadro 5 - FCD – Ordenamento do território

Indicadores	Unidade de medida	Periodicidade	Valor de referência	Ano de referência dos dados	Valor atual	Evolução	Fonte
Densidade populacional nos núcleos urbanos propostos	Hab/km ²	Decenal					INE CMC
	<i>Constância</i>		599,5	2011	n.a.	-	
	<i>Constância-Sul</i>		311,2	2011	n.a.	-	
	<i>Montalvo</i>		784,2	2011	n.a.	-	
	<i>Malpique</i>		1.014,7	2011	n.a.	-	
	<i>Portela</i>		804,5	2011	n.a.	-	
	<i>Vale de Mestre</i>		544,0	2011	n.a.	-	
	<i>Santa Margarida</i>		711,8	2011	n.a.	-	
Área de RAN desafetada	%	Anual	1,6	2013	0 (2019)	→	CMC
Área de REN desafetada			2,0	2013	0 (2019)	→	

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

FCD - RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

Objetivos de sustentabilidade

- Reduzir o n.º de deflagrações e área ardida no concelho;
- Prevenir o controlar a erosão dos solos, adotando medidas para a conservação e gestão dos solos;
- Assegurar que os usos do território previstos e a implantação de infraestruturas e equipamentos não colidam com a segurança de pessoas, bens e o ambiente;
- As disposições do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho que transpõe a Diretiva SEVESO II estão aplicadas ao estabelecimento de substâncias perigosas existente no concelho;
- Proteger pessoas e bens.

Quadro 6 - FCD - Riscos naturais e tecnológicos

Indicadores	Unidade de medida	Periodicidade	Valor de referência	Ano de referência dos dados	Valor atual	Evolução	Fonte
Ocorrências de incêndios florestais	N.º	Anual	9	2013	7 (2018)	↘	ICNF
Superfície ardida no concelho	ha	Anual	22,54	2013	1,12 (2018)	↘	
Índice de Suscetibilidade à erosão	N.º	Anual	n.d.	---	n.d.	-	APA
Solos em risco de erosão	%	Anual	32,93	2013	n.d.	-	
Acidentes tecnológicos	N.º	Anual	0	2013	0 (2018)	→	CMC
Evolução da distância de segurança entre áreas industriais propostas e as áreas sensíveis na envolvente	m	Anual	n.a.	---	n.a.	-	
Edificações em áreas de risco de incêndio elevado e muito elevado	N.º	Anual	0	2013	0 (2019)	→	CMC
Edificações em Áreas inundáveis	N.º	Anual	0	2013	0 (2019)	→	CMC
Construções em RAN	N.º	Anual	0	2013	0 (2019)	→	CMC
Construções em REN	N.º	Anual	0	2013	0 (2019)	→	CMC
Operações de destaque realizadas em solo rural	N.º	Anual	1	2013	0 (2019)	→	CMC
Novas edificações em solo rural	N.º	Anual	0	2013	0 (2019)	→	CMC

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

FCD - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL

Objetivos de sustentabilidade

- Dinamizar e promover os fatores de competitividade da economia local;
- Diversificar, complementar e modernizar a base produtiva;
- Promover as especificidades locais;
- Assegurar sinergias locais;
- Diminuir assimetrias regionais;
- Desmaterialização da economia (dissociar o crescimento económico do consumo de recursos naturais);
- Criação e qualificação de emprego;
- Inovação.

Quadro 7 - FCD - Desenvolvimento económico local

Indicadores	Unidade de medida	Periodicidade	Valor de referência	Ano de referência dos dados	Valor atual	Evolução	Fonte
Distribuição da população ativa por sectores de atividade	%	Decenal					INE CMC Turismo de Portugal PORDATA
	<i>Sector Primário</i>		2,37	2011	n.a.	-	
	<i>Sector Secundário</i>		30,21	2011	n.a.	-	
	<i>Sector Terciário (social)</i>		40,00	2011	n.a.	-	
	<i>Sector Terciário (económico)</i>		27,42	2011	n.a.	-	
Distribuição da população ativa por grupos de profissão	%	Decenal					
	<i>Profissões das forças armadas (Grupo 0)</i>		5,90	2011	n.a.	-	
	<i>Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos (Grupo 1)</i>		3,34	2011	n.a.	-	
	<i>Especialistas das atividades intelectuais e científicas (Grupo 2)</i>		11,91	2011	n.a.	-	
	<i>Técnicos e profissões de nível intermédio (Grupo 3)</i>		9,06	2011	n.a.	-	
	<i>Pessoal administrativo (Grupo 4)</i>		8,69	2011	n.a.	-	
	<i>Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (Grupo 5)</i>		18,12	2011	n.a.	-	
	<i>Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta (Grupo 6)</i>		2,43	2011	n.a.	-	
	<i>Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (Grupo 7)</i>		11,06	2011	n.a.	-	
	<i>Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (Grupo 8)</i>		7,29	2011	n.a.	-	
<i>Trabalhadores não qualificados (Grupo 9)</i>		22,19	2011	n.a.	-		
Fluxos de pessoas com origem e destino no concelho (movimentos pendulares)	%	Decenal					
	<i>Proporção da população residente que entra no Concelho</i>		46,62	2011	n.a.	-	
	<i>Proporção da população residente que sai do Concelho</i>		22,31	2011	n.a.	-	
Estabelecimentos e capacidade de alojamento	N.º Estabelecimentos/N.º utentes	Anual	2/56	2013	16/221 (2019) ²⁹	↗	
Estada média nos estabelecimentos	N.º	Anual	1.0	2013	1,2 (2017)	↗	

²⁹ O aumento significativo do n.º de utentes deve-se ao facto dos dados disponíveis incluírem agora o Parque de Campismo e de Caravanismo existente em Constância (com capacidade para 90 utentes).



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Poder de compra, <i>per capita</i>	%	Bienal	89,4	2013	n.d.	-	
Investimentos e ações de apoio a projetos agrícolas e florestais ³⁰	€	Anual	14.900,95	2013	18.111,00 (2018)	↗	
Tipo e quantidade de produtos certificados	Produto/n.º	Anual	0	2013	0 (2019)	→	
Despesas em inovação (público e privado)	€	Anual	n.d.	---	n.d.	-	
Despesas em ambiente	€	Anual	493.000	2013	637.000 (2017)	↗	

³⁰ Foi considerado o valor realizado para "Execução de Faixas de Gestão de Combustível" inscrito no mapa de execução das GOP.

FCD – GOVERNANÇA

Objetivos de sustentabilidade

- Facilitar o acesso à informação, nomeadamente através do reforço da adoção de novas tecnologias de informação e comunicação;
- Desburocratizar o sistema de governação (agilizar e simplificar os processos).

Quadro 8 - FCD – Governança

Indicadores	Unidade de medida	Periodicidade	Valor de referência	Ano de referência dos dados	Valor atual	Evolução	Fonte
Proporção de agregados domésticos privados com tecnologias de informação e comunicação	N.º	Sempre que ocorram atos eleitorais					PORDATA
	<i>Acessos telefónicos analógicos</i>		999	2012	n.a.	-	
	<i>Acessos telefónicos digitais</i>		210	2012	n.a.	-	
Satisfação local com ações governativas (abstenção em Processos legislativos) ³¹	%	Sempre que ocorram atos eleitorais	32,1	2013	n.a.	-	

³¹ Dados baseados nas Eleições Autárquicas.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

AVALIAÇÃO DOS FCD

A avaliação dos indicadores de monitorização associados a cada um dos FCD é uma tarefa complexa perante a diversidade de informação que é necessário reunir para a sua construção. Se as características biofísicas tendem a condicionar os diversos tipos de utilização do território, são sem dúvidas as pressões sociais, económicas, institucionais e políticas que determinam a intensidade e localização dessas ações.

Assim, optou-se por apresentar uma visão global de todos os sectores cujas intervenções cumulativas e/ou concorrenciais interferem no modelo de organização espacial do território, até porque nem sempre existem ou foram definidos critérios inequívocos de parametrização e comparação ou foi possível recolher dados atualizados para todos os diversos sectores de intervenção.

Preservar e valorizar os ecossistemas, de forma a manter a integridade das suas funções ecológicas é um dos principais objetivos no âmbito do **FCD - Sistemas ecológicos e biodiversidade**, porém, não se verificou o desenvolvimento de quaisquer medidas para promover o reconhecimento de habitats ou de zonas de elevado valor paisagístico; assim como não houve novos investimentos na recuperação/reconversão de áreas ardidadas.

Contudo, relativamente aos investimentos na proteção da biodiversidade e da paisagem, salienta-se o aumento de cerca de € 50.000,00 verificado em relação aos valores registados no ano anterior, referentes a 2016.

Como indicadores com evolução positiva salienta-se mais uma vez os associados à manutenção da área integrada na Estrutura Ecológica Municipal (EEM) ou à ausência de desafetação de novas áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da conversão de solo rural em solo urbano/urbanizável. Neste âmbito importa realçar que a 1.^a Alteração da 1.^a Revisão ao Plano Diretor Municipal (PDM) de Constância para adequação ao novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) em curso, irá permitir que a área integrada na EEM aumente. Este processo prevê ainda a reconversão de consideráveis áreas de solo urbano e, especialmente, urbanizável (categoria que deixa de existir em conformidade com os novos conceitos urbanísticos definidos pelo Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto) em solo rústico. Associada a esta reconversão é admissível a possibilidade de reintegração de alguns terrenos na REN e na RAN.

A qualidade ambiental é um fator diferenciador do território e conseqüentemente crescem as exigências de qualidade. Tal é patente nos indicadores referentes à qualidade do ar e da água, exposição ao ruído, oferta de áreas de espaços verdes de utilização coletiva no concelho ou utilização de fontes de energia alternativas ou renováveis associados ao **FCD - Qualidade do ambiente**. Neste âmbito quanto à preservação do solo salienta-se a diminuição do investimento realizado na proteção, recuperação e preservação ambiental dos solos, onde foi considerado o valor realizado para “Execução Faixas Gestão de Combustível” inscrito no mapa de execução das GOP.

A qualidade do ar e da água, de acordo com os dados disponíveis, continua a poder considerar-se boa, contudo verificou-se uma diminuição do n.º de dias com índice de qualidade do ar “*Muito Bom*” tendo por comparação os dados recolhidos em 2016 (que serviram de referência para o Relatório de 2018); mas comparando com os dados para 2013 agora disponibilizados, pode considerar-se que se registou uma melhoria generalizada do índice de qualidade do ar. Salienta-se ainda pela positiva o novo aumento verificado nas disponibilidades hídricas (de 842,38 10⁶m³/ano em 2016/17 passámos para 878,57 10⁶m³/ano em 2017/18).

Quanto à exposição a níveis sonoros contínuos de ruído ambiente exterior aos quais as zonas sensíveis e as zonas mistas não podem ficar expostas, ou seja, que ultrapassam os níveis máximos de exposição admissíveis para estas áreas, persistem os problemas anteriormente identificados. As zonas de conflito, com maior expressão, situam-se em Constância-Sul e na vila de Constância, e estão diretamente associadas às principais fontes de ruído do concelho de Constância, que são as infraestruturas viárias e ferroviárias existentes, designadamente, o IP6/A23, que atravessa transversalmente o concelho e corresponde a uma “grande infraestrutura transporte rodoviário”, a EN3 desclassificada, que estabelece ligação entre Constância e Montalvo, a EN118, a linha de caminho-de-ferro, que se desenvolve paralelamente à EN118, e a fábrica do CAIMA, constituindo grande fonte de ruído para o aglomerado de Constância-Sul³². Assim, as maiores percentagens de população afetada registaram-se, em Constância-Sul e na vila de Constância, designadamente 29% e 14,95%, salientando-se que quase 1/3 da população de Constância-Sul está sujeita a níveis de ruído muito elevados.

³² (pp. 157) 1ª Revisão do PDM de Constância – Volume II – Relatório de Proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

No que respeita à utilização de fontes de energia renováveis, destacam-se os valores alcançados pelas entidades que produzem energia elétrica a partir de fontes renováveis nas instalações da CAIMA - Indústria de Celulose S.A. para o ano de 2018 (167.382 GWh no total), tendo-se apurado novo incremento dos valores alcançados nos anos anteriores.

Entendido como indicador de qualidade de vida e bem-estar individual e social, o desenvolvimento humano sugere a melhoria das condições de vida dos indivíduos, pelo aumento dos bens e serviços que permitem satisfazer as suas necessidades.

Este ano é de destacar negativamente a informação obtida relativa à taxa bruta de natalidade (TBN) (o valor obtido na TBN para o ano de 2017 é de 5,5%), que voltou a confirmar a orientação decrescente verificada no 1.º Relatório de Monitorização (2017) (em 2011 a TBN era de 7,7% e em 2015, foi 5,8%) sendo que em 2016, valor de referência para 2018, se tinha verificado uma inversão dessa tendência, atingindo então a TBN o valor de 7,3%.

Quanto à taxa bruta de mortalidade (TBM) à semelhança do ano passado continua a verificar-se uma diminuição dos valores de referência (7,7%, 13,3%, 12,3% e 11,0%, para os anos de 2011, 2015, 2016 e 2017, respetivamente), o que embora seja um evento positivo, demonstra igualmente um crescente envelhecimento da população do concelho, quando associado ao decréscimo da TBN.

Excetuando a informação relativa às taxas brutas de natalidade e de mortalidade, como os Censos (Recenseamentos Gerais da População e Habitação publicados pelo INE) só são realizados de 10 em 10 anos e os últimos foram efetuados em 2011, ao nível da população residente, e com base nesses valores, não é possível desenvolver qualquer análise evolutiva para o **FCD - Desenvolvimento humano**. Ainda que os níveis de serviço da população com sistemas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, que atingem os 100%, sejam naturalmente positivos, verificou-se em 2017 uma inversão nos valores dos últimos anos relativamente ao n.º de toneladas registado ao nível da recolha seletiva (183 - 2011 / 314 - 2014 / 361 - 2016) e da recolha indiferenciada (1.582 - 2011 / 1.456 - 2014 / 1.438 - 2016), tendo os respetivos valores em 2017 diminuído para 337 t/ano e, aumentado para 1.463 t/ano, contrariamente ao que seria desejável, o que significa um retrocesso no processo de sensibilização da população para a problemática dos resíduos sólidos urbanos.

Quanto ao n.º de estabelecimentos de ensino e de equipamentos de saúde, sociais, desportivos e culturais, salienta-se a diminuição do n.º de estabelecimentos de ensino em relação ao verificado em 2018, que decorre da entrada em funcionamento do Centro Escolar de Montalvo. Importa ainda referir que continua em desenvolvimento o processo para reabertura da Extensão do Centro de Saúde em Montalvo, em novas instalações, encontrando-se o respetivo projeto de execução a aguardar a aprovação das autoridades competentes. A coesão social e territorial do município está patente no equilíbrio da distribuição dos equipamentos de utilização coletiva no território.

Não se registam alterações na percentagem de população do concelho servida por paragens de transportes públicos a menos de 400m (86,4% considerando o n.º de alojamentos existentes nos edifícios georreferenciados pelo INE nos Censos de 2011) e esta situação não corresponde a uma acentuada utilização dos mesmos atendendo à reduzida frequência dos transportes públicos (o tempo de espera médio calculado para as carreiras com mais de um horário por dia situa-se nas 4 horas), continuando a verificar-se um significativo uso do transporte privado individual.

Para tentar colmatar a inexistência de uma rede de transportes públicos municipais/intermunicipais em 2017 foi criado o “*Transporte a pedido*”, no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT). De acordo com os dados que temos disponíveis para o concelho de Constância, e que dizem respeito ao período compreendido entre 01-07-2018 e 31-10-2018 (deslocações efetuadas a partir da vila de Constância e da aldeia de Santa Margarida da Coutada), verificou-se um total de 39 utilizações, para pequenos percursos cujas distâncias variaram entre 8,00 km e 22,10 km, totalizando 358,90 km percorridos nesses quatro meses. Foi ainda possível confirmar junto da CIMT que no ano de 2018 foi realizado um total de 180 viagens “*a pedido*” dos munícipes do concelho de Constância, expondo este número, no nosso entender, o sucesso desta iniciativa.

Relativamente ao **FCD – Património** construído a Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial da Direção-Geral do Património Cultural encontra-se a desenvolver o procedimento de classificação dos “*Sítios Arqueológicos de Santa Margarida da Coutada (Balneário Romano de Alcolobre, forno, barragem e necrópole)*”. Não foram contudo desenvolvidos estudos nem prospeções arqueológicas que identificassem novas áreas ou sítios com interesse arqueológico no concelho.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Como já foi referido relativamente aos dados dos Censos a propósito do FCD - Desenvolvimento humano, também não é possível efetuar a análise da evolução da densidade populacional nos núcleos urbanos propostos, no que respeita ao **FCD – Ordenamento do território**. Destaca-se no entanto a inexistência de desafetação de novas áreas da REN e da RAN como indicadores com evolução positiva e garante da salvaguarda dos solos com capacidade produtiva, situação que permanece idêntica ao verificado nos anos transatos. Tal como o mencionado no âmbito do *FCD - Sistemas ecológicos e biodiversidade*, é de evidenciar que a 1.^a Alteração da 1.^a Revisão ao PDM para adequação ao novo RJGT, em curso, irá decerto viabilizar a possibilidade de reintegração de alguns terrenos na REN e na RAN, reforçando a evolução positiva destes indicadores.

Também foi francamente positivo o desenvolvimento que se verificou (diminuição significativa) relativamente à superfície ardida no concelho e ao n.º de ocorrências de incêndios florestais registados em 2018 (1,12 ha e 7 ocorrências). A evolução destes dois indicadores associados à informação disponível sobre o Plano Operacional Municipal (POM), que já foi atualizado pelo Gabinete de Proteção Civil e Segurança para 2019, tendo sido aprovado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta e enviado ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e, ao facto de também em 2018 não se registarem acidentes tecnológicos, permitem uma apreciação muito favorável do desenvolvimento verificado ao nível do **FCD - Riscos naturais e tecnológicos**. A inexistência de novas edificações em solo rural, em áreas de risco de incêndio elevado e muito elevado, em áreas inundáveis, em RAN e em REN, confirmam mais uma vez que as disposições do PDM sobre esta matéria têm contribuído decisivamente para a concentração da construção nova em solo urbano. Este facto traduz-se numa evolução positiva destes indicadores, pois está-lhe inerente a estabilização do n.º de edificações em risco.

Mais uma vez os dados dos Censos limitaram o tipo de análise possível ao nível da distribuição da população ativa por sectores de atividade e por grupos de profissão, no que respeita ao **FCD - Desenvolvimento económico local**. Neste domínio destaca-se a continuação do aumento da capacidade de alojamento existente no concelho, com mais dois novos estabelecimentos de alojamento local (o aumento significativo do n.º de utentes deve-se ao facto dos dados disponíveis incluírem agora também o Parque de Campismo e de Caravanismo existente em Constância, com capacidade para 90 utentes), reforçando a posição do setor turístico no tecido económico local, situação

igualmente confirmada pelo ligeiro aumento do indicador “*Estada média nos estabelecimentos*”. Os investimentos e ações de apoio a projetos agrícolas e florestais, e as despesas em ambiente, também registaram um desenvolvimento favorável, com valores significativamente superiores aos assinalados em 2018, designadamente, € 0 em 2017 e € 18.111,00 em 2018, e € 568.000 em 2016 e € 637.000 em 2017, respetivamente.

Finalmente, no que respeita ao **FCD – Governança** uma vez que a periodicidade de recolha dos dados depende da ocorrência de atos eleitorais que não se verificaram, não foi possível assinalar eventuais desenvolvimentos que permitam a análise do nível de acesso à informação ou desburocratização do sistema de governação.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PDM

Nível de execução do PDM - Projetos e intervenções

Feita a avaliação da evolução dos indicadores de monitorização apresentados, que contribui para a aferição do cumprimento dos objetivos estratégicos e da eficácia de implementação das políticas definidas pelo PDM, numa abordagem mais pragmática são apresentados de seguida um quadro resumo e um gráfico espelhando o nível de execução do Plano, tendo em consideração o grau de concretização das ações previstas (projetos e intervenções), em função do domínio de intervenção e estimativa do prazo de execução, conforme indicado no Programa de Execução do PDM.

Quadro 9 - Programa de Execução – Equipamentos, Habitação, Espaços Verdes, Turismo e Rede Rodoviária




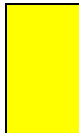

Domínio de Intervenção	Projetos/ Intervenções	Entidade Executora	Prazo (anos) ³³	Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
Ensino	Centro Escolar de Montalvo	CM	1				
Solidariedade e Segurança Social	Centro de Dia em Montalvo	Associação Humanitária de apoio à 3ª idade de Montalvo	n.d. ³⁴				
	Lar em Aldeia de Santa Margarida	Santa Casa da Misericórdia	1				
	Lar em Constância	Privada	n.d.				
Desporto	Beneficiação do Campo de Futebol de Montalvo	CM / Inst. do Desp.	3				
Cultural	Museu Quintas do Tejo, em Montalvo (reconstrução dos imóveis existentes)	Privada	n.d.				
	Centro Ciência Viva- Construção do Pavilhão Multiuso	CM	4				
	Valorização da Casa memória de Camões e Horto Camoniano (Museu dos Rios e das Artes Marítimas)	CM	1				
Cemitérios	Ampliação do Cemitério de Constância	CM	1				
	Ampliação do Cemitério de Portela	CM	1				
Outros	Ampliação e remodelação da Secção de Bombeiros de Santa Margarida	Associação B.V. de Constância	n.d.				
Habitação Social	Construção de 12 fogos de habitação social em Santa Margarida	CM	6				
	Construção de 6 fogos de habitação social em Constância	CM	8				
Espaços Verdes	Parque Ambiental de Santa Margarida - 3ª Fase (Melhor Funcionalidade)	CM	4				

³³ Identifica-se o ano previsto para início da implementação do projeto, podendo a execução do mesmo se prolongar por mais de um ano.

³⁴ Informação não disponibilizada.

Domínio de Intervenção	Projetos/ Intervenções	Entidade Executora	Prazo (anos) ³³	Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
	Construção do Açude Galgável no Zêzere	INAG	n.d.				
Turismo	Construção de um empreendimento turístico na vila de Constância na encosta do Zêzere	CM	5				
Rede Rodoviária	Estabelecer a ligação do aglomerado rural de Pereira à Chamusca (ainda não existe traçado)	CM	8				
Infraestruturas Urbanas	Ligação dos esgotos domésticos da zona de expansão de Constância à Estação Elevatória com remodelação da mesma e emissário final de ligação à ETAR do CAIMA	CM	5				
	Construção de um reservatório elevado em Vale de Mestre	EPAL	n.d.				
	Construção da conduta abastecedora ao aglomerado de Portela a partir do novo reservatório de Vale de Mestre	EPAL	n.d.				
	Construção de nova ETAR Montalvo (a localizar no interior da U1)	CM	6				

Legenda:

	Executado		Prioridades de execução de nível 1		Prioridades de execução de nível 2		Prioridades de execução de nível 3		Informação não disponibilizada (não foi executado nem se encontra em execução)
---	-----------	---	------------------------------------	---	------------------------------------	---	------------------------------------	---	--

No Quadro 9 estão identificados os principais projetos identificados no PDM como estratégicos em cada um dos domínios de intervenção considerados na altura prioritários pelo município. Nem todos são da responsabilidade da câmara municipal, identificando-se por isso as outras entidades que assumiriam o projeto, atendendo à sua especificidade.

Saliente-se que muito embora apenas estes projetos estejam identificados no PDM, o executivo camarário optou por desenvolver paralelamente outros projetos que considerou igualmente estratégicos para o desenvolvimento concelhio, de entre os quais se destacam os associados ao *Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU)* da *Área de Reabilitação Urbana (ARU)* de Constância, aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Constância, a 26 de junho de 2015; tendo o PERU sido aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Constância, a 22 de junho de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

No PERU de Constância, considerando a natureza e âmbito do quadro de ações/projetos previstos, ficou definido que o tipo de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) a implementar para o território do centro histórico de Constância é do tipo Sistemática tendo presente, nomeadamente, a abrangência e diversidade das intervenções previstas ao nível de infraestruturas e espaços verdes urbanos, que se encontram associadas ao programa de investimento público que abrange 25 ações/projetos especificamente ligados à reabilitação/regeneração do edificado e do espaço público urbano, e que totalizam um investimento total de cerca de 3,3 milhões de euros. Do ponto de vista temporal esta ORU será operacionalizada num período total de 10 anos, a contar da data da referida aprovação.

Neste âmbito já foram aprovados os seguintes projetos: “Requalificação do Jardim dos Correios”; “Requalificação de Espaço Multiusos” (junto à Rua Cabral Moncada); “Requalificação do Cineteatro” (sito na Rua Alves Callado) e, “Requalificação do Ambiente Urbano e Equipamentos Públicos de Utilização Coletiva na Margem do Zêzere”. Destes já foram executados os dois primeiros, encontrando-se em execução a requalificação do Cineteatro Municipal.

No âmbito de uma candidatura ao POSEUR encontra-se ainda em execução a “Ampliação e Beneficiação da ETAR de Montalvo”, encontrando-se igualmente em execução a “Requalificação do Açude de Santa Margarida da Coutada” financiada pelo PDR2020.

Nível de Execução do PDM

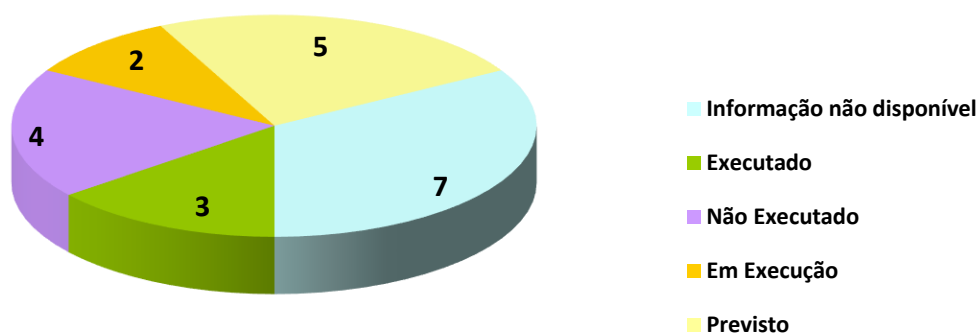


Figura 2 - Nível de Execução do PDM no 3.º ano de vigência

Observados o Quadro 9 e o gráfico da Figura 2 sobre o nível de execução do PDM, verifica-se que das 21 ações previstas (projetos e intervenções), apenas 3 foram concluídas na sua totalidade (construção de *Lar em Aldeia de Santa Margarida*, *Ampliação do Cemitério de Portela* e *Centro Escolar de Montalvo*), encontrando-se parcialmente executados o projeto *Parque Ambiental de Santa Margarida - 3ª Fase (Melhor Funcionalidade)* e, o projeto da *Ligação dos esgotos domésticos da zona de expansão de Constância à Estação Elevatória com remodelação da mesma e emissário final de ligação à ETAR do CAIMA*, designadamente foram executadas algumas intervenções de requalificação do Parque Ambiental e, foi realizada a travessia do leito do Rio Tejo, encontrando-se os demais trabalhos por concretizar.

O projeto *Museu Quintas do Tejo, em Montalvo (reconstrução dos imóveis existentes)* será desenvolvido por iniciativa privada e, relativamente ao projeto de *Valorização da Casa Memória de Camões e Horto Camoniano*, entretanto a receção do Horto Camoniano foi beneficiada e ampliada por iniciativa da Associação da Casa-Memória de Camões.

Como está prevista a eliminação da UOPG 1 com a concretização da 1.ª Alteração da 1ª Revisão ao PDM, e conseqüentemente já não será edificada uma nova ETAR no local, identificou-se o projeto para a *Construção de nova ETAR Montalvo (a localizar no interior da U1)* como não executado. Para além deste, também foram agora assinalados como não executados, porque não se prevê que venham a sê-lo nos tempos mais próximos, os seguintes projetos: *Centro Ciência Viva - Construção do Pavilhão Multiuso*; *Construção de 6 fogos de habitação social em Constância* e, *Estabelecer a ligação do aglomerado rural de Pereira à Chamusca (ainda não existe traçado)*.

Face à estimativa inicial relativamente ao prazo de execução e à responsabilidade da CMC conforme o indicado no Programa, dos projetos considerados de “prioridade 1”, 3 foram executados. Os outros 2 projetos de “prioridade 1” para o 1.º ano, designadamente, a *Valorização da Casa Memória de Camões e Horto Camoniano* e a *Ampliação do Cemitério de Constância*, continuam na situação de previsto. Na mesma situação está também o projeto *Beneficiação do Campo de Futebol de Montalvo*, previsto para o 3.º ano, igualmente considerado de “prioridade 1”.

Atendendo a que está em análise já o 3.º ano de vigência do PDM, foram considerados 4 projetos como não executados (pelas razões já apontadas), encontrando-se assim os restantes identificados como executados (3), em execução (2), previstos (5), ou com

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

informação indisponível (7), pois estes últimos, não são iniciativas a promover pela câmara municipal. A aposta noutros projetos para o município justifica em parte a baixa execução associada aos projetos previstos no PDM.




Execução do PDM - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) abrangem a totalidade dos espaços para onde se prevê as expansões dos aglomerados, no sentido de estabelecer a programação de implementação de cada uma e os respetivos custos de infraestruturização e de planeamento. O PDM estabelece 17 UOPG que, tal como expresso no Plano, deverão concretizar-se através de Planos de Pormenor ou de Unidades de Execução.

Quadro 10 - Execução - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão	Entidade Executora	ANO ³⁵										Execução		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10			
U1 – Zona Industrial Sul de Montalvo	CM													Prevista
U2 – Intervenções no âmbito do Polís Rios	Privada													Prevista
U3 – Aldeia Aventura	Privada													Prevista
U4 – Expansão Nascente de Constância	Privada													Prevista
U5 – Expansão Norte de Constância 1	Privada													Prevista
U6 - Expansão Norte de Constância 2	Privada													Prevista
U7 – Expansão Sul de Montalvo	Privada													Prevista
U8 – Expansão Norte de Montalvo 1	Privada													Prevista
U9 – Expansão Norte de Montalvo 2	Privada													Prevista
U10 – Constância Sul	Privada													Prevista
U11 – Portela	Privada													Prevista
U12 – Vale de Mestre Norte 1	Privada													Prevista
U13 – Vale de Mestre Norte 2	Privada													Prevista
U14 – Vale de Mestre Nascente	Privada													Prevista
U15 – Vale de Mestre Sul	Privada													Prevista
U16 – Aldeia de Santa Margarida	Privada													Prevista
U17 – Malpique	Privada													Prevista

Legenda:

 Prioridades de execução de nível 1
  Prioridades de execução de nível 2
  Prioridades de execução de nível 3

³⁵ Identifica-se o ano de início da implementação do projeto, podendo a execução do mesmo se prolongar por mais de um ano.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

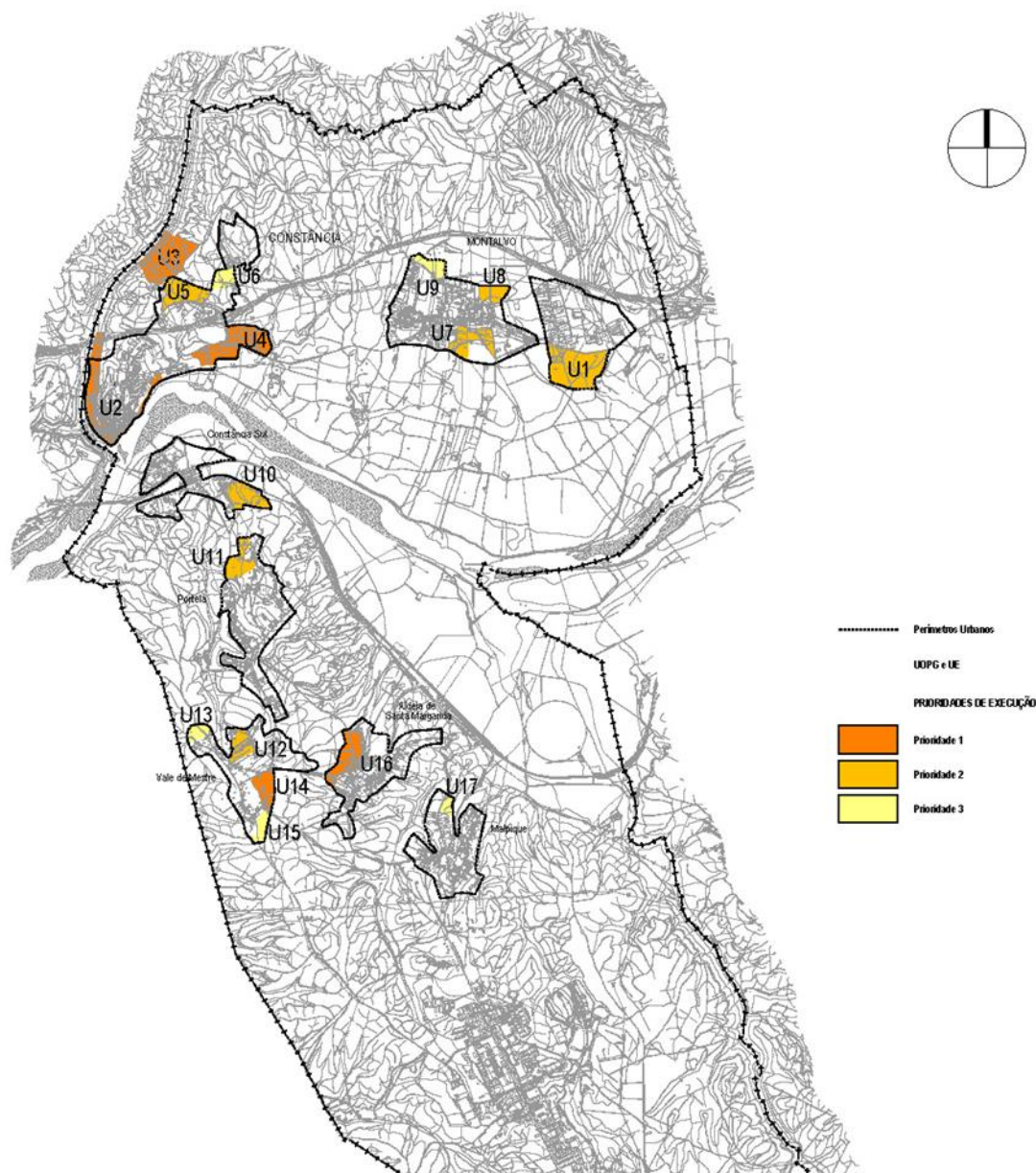


Figura 3 - Localização das UOPG e identificação das respetivas prioridades de execução

Como já foi referido no âmbito da Avaliação dos FCD, a câmara municipal encontra-se a desenvolver a 1.ª Alteração da 1ª Revisão ao PDM de Constância para adequação ao novo RJGT. Este processo prevê a reconversão de consideráveis áreas de solo urbano e, especialmente, urbanizável (categoria que deixa de existir em conformidade com os novos conceitos urbanísticos definidos pelo Decreto Regulamentar nº15/2015, de 19 de agosto) em solo rústico.

Assim, como não foi possível implementar nenhuma das UOPG (saliente-se que à exceção da *U1 - Zona Industrial Sul de Montalvo*, todas as outras UOPG eram para ser promovidas por iniciativa privada), nem foi desenvolvido qualquer processo para a

elaboração de Planos de Pormenor para os territórios em causa, está prevista a eliminação de 16 das 17 UOPG identificadas, através da integração em solo urbano das áreas já infraestruturadas e edificadas e, em solo rústico das restantes áreas que não observam cumulativamente todos os critérios elencados no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto Regulamentar supra referido. A única UOPG que se prevê manter é a *U3 – Aldeia Aventura*, que está classificada com prioridade de execução de nível 1 (era indicado o 2.º ano de implementação do PDM para a sua concretização), pressupondo-se que a respetiva iniciativa de execução seja privada.

Verifica-se assim que não foi possível implementar os projetos que se pretendiam desenvolver para as restantes UOPG, traduzindo-se este facto no incumprimento das estratégias definidas ao nível do PDM em termos de expansão urbana e, na necessidade de rever realisticamente as mesmas face às novas disposições legais associadas ao ordenamento do território e urbanismo, tarefa que se encontra a ser desenvolvida com a 1.ª Alteração da 1ª Revisão ao PDM.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

RECOMENDAÇÕES

Em função dos resultados do processo de avaliação dos FCD, apresentam-se, de seguida, um conjunto de recomendações/diretrizes de seguimento identificando medidas a implementar, as quais podem contribuir para o alcance dos objetivos de um território sustentável e cada vez mais atrativo para residir, trabalhar, visitar e investir.

Como medida de carácter geral, salienta-se a necessidade de garantir que os serviços municipais disponibilizam e mantêm atualizada a informação dos indicadores relacionados com a sua área de atuação.

Medidas por FCD

SISTEMAS ECOLÓGICOS E BIODIVERSIDADE

- Desenvolvimento de ações de sensibilização com vista à promoção e valorização do património natural;
- Inventariação de zonas de elevado valor paisagístico e de habitats tendo em vista a sua preservação e proteção efetivas e, o seu reconhecimento;
- Investir na recuperação/reconversão de áreas ardidas;
- Concluir os processos de constituição das ZIF em curso (ZIF 399/18 – Dois Rios e a ZIF 389/18 – Santa Margarida).

QUALIDADE DO AMBIENTE

- Assegurar uma correta gestão da rede de abastecimento de água, atendendo, nomeadamente, ao nível da redução de perdas;
- Promover campanhas de sensibilização junto da população para a importância do consumo racional da água;
- Promover campanhas de sensibilização da população para a necessidade de salvaguardar e limpar as linhas de água;
- Para todas as Zonas de Conflito, ou seja, para as Zonas Sensíveis e Mistas identificadas em que o nível de exposição ao ruído contraria o disposto no regime legal, a Câmara Municipal deve proceder à elaboração e à aplicação de planos de redução de ruído, prevendo técnicas de controlo do ruído como sejam

barreiras acústicas, condicionamento do tráfego rodoviário, mecanismos de controlo da velocidade praticada – lombas, estreitamento de vias, semáforos atuados, etc. Na elaboração destes planos deve ser dada prioridade às Zonas Mistas e Sensíveis sujeitas a níveis sonoros contínuos equivalentes do ruído ambiente exterior superiores em 5 dB(A)³⁶;

- Continuar a apostar na construção de novos espaços verdes e na valorização de espaços verdes existentes;
- Valorizar as frentes de linhas de água em meio urbano, inserindo-as em corredores verdes recreativos.

DESENVOLVIMENTO HUMANO

- Promover mais campanhas de sensibilização junto da população para a problemática dos resíduos sólidos urbanos, incentivando a recolha seletiva;
- Concluir a elaboração do Plano Estratégico Educativo Municipal de Constância, cujo acompanhamento é assegurado pelos serviços de Ação Social e Educação e Ensino;
- Promover campanhas de sensibilização para a redução dos consumos energéticos de combustíveis, fomentado a utilização de energias renováveis, de veículos elétricos e de modos suaves de transporte (exs.: deslocação de bicicleta ou a pé).

PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

- Desenvolvimento de ações de sensibilização com vista à promoção e valorização do património cultural.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- Promover ações de sensibilização para a reabilitação do edificado nos núcleos urbanos em detrimento da aposta em construção nova;

³⁶ (pp. 159) 1ª Revisão do PDM de Constância – Volume II – Relatório de Proposta.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

- Promover a implementação e monitorização da ORU da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Constância;
- Concluir atempadamente o processo da 1.^a Alteração da 1.^a Revisão ao PDM de Constância para adequação ao novo RJIGT, que se encontra a ser desenvolvido pela Divisão Municipal de Serviços Técnicos.

RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

- Promover campanhas de sensibilização junto dos proprietários florestais para a necessidade da sua limpeza e requalificação, incentivando a instalação de espécies autóctones;
- Promover a realização do Plano de Gestão Florestal (PGF) para as explorações florestais e agroflorestais públicas e comunitárias;
- Concluir a elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) para o Concelho, que se encontra a ser desenvolvida pelo Gabinete de Proteção Civil e Segurança;
- Concluir a atualização do Plano Municipal de Emergência em Proteção Civil (PMEPC) para o Concelho, que se encontra a ser desenvolvida pelo Gabinete de Proteção Civil e Segurança.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL

- Desenvolver ações de sensibilização e fomento para novas práticas agrícolas, como forma de, eventualmente, relançar a atividade através, nomeadamente, da aposta em novos nichos de mercado, que sejam simultaneamente produtivos/rentáveis e sustentáveis do ponto de vista ecológico face ao uso de técnicas apropriadas de defesa do solo;
- Promover a criação de um “*Gabinete de Apoio Económico*”³⁷ para enquadrar o desenvolvimento de atividades de autoemprego, como a apresentação de propostas para a constituição de microempresas locais, até à operacionalização de uma “*Bolsa de Projetos*” e à prestação de apoio informativo a médios ou grandes investidores, apoios que, no limite da concretização dos projetos se

³⁷ (pp. 59) Plano Estratégico do Concelho de Constância (PECC) 2020.

corporizarão nomeadamente no encaminhamento dos interessados para os respetivos serviços públicos licenciadores;

- Incentivar o comércio local a divulgar os produtos tradicionais e a atividade artesanal local;
- Desenvolver junto do tecido empresarial ações de sensibilização demonstrativas da importância da inovação e certificação de produtos;
- Promover de forma integrada o conjunto dos recursos históricos, culturais e ambientais, abrangendo toda a fileira de produtos turísticos que singularizam a identidade do concelho³⁸;
- Estruturar o turismo náutico em que as praias fluviais tem papel importante, mas em que importa associar a vocação banhar aos desportos náuticos, para os quais existem já estruturas criadas³⁹.

GOVERNANÇA

- Sensibilização para a importância da utilização das novas tecnologias, criando condições adequadas, de grande visibilidade e de fácil e frequente acesso pelos cidadãos, visando a mobilização da sociedade civil para o desenvolvimento e aproveitamento das oportunidades que coloca a sociedade da informação⁴⁰;
- Fomento da cidadania e da participação pública a nível regional e/ou local⁴¹.

³⁸ (pp. 27) Plano Estratégico do Concelho de Constância (PECC) 2020.

³⁹ (pp. 27) Plano Estratégico do Concelho de Constância (PECC) 2020.

⁴⁰ (pp. 76) Plano Estratégico do Concelho de Constância (PECC) 2020.

⁴¹ (pp. 76) Plano Estratégico do Concelho de Constância (PECC) 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

BIBLIOGRAFIA

Fontes bibliográficas

CMC - Câmara Municipal de Constância – *Balancete das Grandes Opções do Plano por Objetivos e Programas para o Ano de 2013* – CMC, 2014

CMC - Câmara Municipal de Constância – *Mapas de Execução Orçamental de 2018* – CMC, 2018/19

CMC - Câmara Municipal de Constância – *Plano Estratégico do Concelho de Constância 2020*, Relatório Final do Plano – Plural & Espaço e Desenvolvimento, 2006-2009

CMC - Câmara Municipal de Constância – *1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Constância*, Volume II – Relatório de Proposta – CMC, julho de 2013 (alterado em maio de 2015)

CMC - Câmara Municipal de Constância – *1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Constância*, Volume III – Regulamento - Aviso n.º 10012/2015, publicado na II Série do Diário da República a 2 de setembro de 2015 – CMC, 2015

CMC - Câmara Municipal de Constância – *Declaração Ambiental, Avaliação Ambiental Estratégica da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Constância* – TRAJECTÓRIAS - Silva A. Gomes & Duarte – Projetos e Planeamento do Território, Lda. e CMC, 2016

CMC - Câmara Municipal de Constância – *1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Constância*, Volume II – Programa de Execução – CMC, julho de 2013 (alterado em maio de 2015)

CMC - Câmara Municipal de Constância – *1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Constância*, Ficha de Dados Estatísticos – CMC, 2015

Legislação consultada

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto

Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio

Links

<http://www.cm-constancia.pt>

<http://www.mediotejo.pt/>

<https://www.ine.pt>

<http://www.icnf.pt/portal>

<http://www.apambiente.pt/>

<http://www.pordata.pt/>

<http://www.turismodeportugal.pt>

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt>

<http://www.dgterritorio.pt/>

<http://www.imt-ip.pt>

<http://www.altri.pt/>

Referências a fontes de dados

APA (2019) - *Página da Agência Portuguesa do Ambiente com a Base de Dados Online sobre a Qualidade do Ar*, <http://qualar.apambiente.pt/>, acedida a 05 de julho de 2019

DGPC (2018) - *Página da Direção-Geral do Património Cultural*, <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>, acedida a 28 de junho de 2018

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS

DGT (2016) - Cartografia à escala 1:10 000 da Série Cartográfica Nacional 10k (SCN10k), homologada em 23 de dezembro de 2015

DGT (2019) - *Página da Direção Geral do Território com a Carta de Ocupação do Solo (COS) 2010 e 2015*, <http://mapas.dgterritorio.pt/geoportal/catalogo.html>, acedida a 05 de julho de 2019

ICNF (2019) - *Página do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas*, <http://www.icnf.pt/portal>, acedida a 05 de julho de 2019

ICNF (2019) - *Página do Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais*, <https://fogos.icnf.pt/sgif2010/login.asp>, acedida a 05 de julho de 2019

INE (2018) - *Página do Instituto Nacional de Estatística*, https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE, acedida a 05 de julho de 2019

PORDATA (2019) - *Página do projeto (Base de Dados Portugal Contemporâneo) da Fundação Francisco Manuel dos Santos*, <http://www.pordata.pt/>, acedida a 05 de julho de 2019

RODOVIÁRIA DO TEJO (2019) - *Página da Rodoviária do Tejo*, <http://www.rodotejo.pt/>, acedida a 05 de julho de 2019

SIGGESC (2018) - *Página do Sistema de Informação Geográfica de Gestão de Carreiras, sobre a responsabilidade do IMT*, <https://siggesc.imtt.pt/login.asp>, acedida a 28 de junho de 2018

SNIRH (2019) - *Página do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos da Agência Portuguesa do Ambiente (APA)*, <http://snirh.apambiente.pt/index.php?idMain>, acedida a 05 de julho de 2019

TURISMO DE PORTUGAL (2019) - *Página do Turismo de Portugal com o Registo Nacional de Turismo*, <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>, acedida a 05 de julho de 2019

VTM GLOBAL (2018) - *Relatório da Fase 2 – Definição da Rede e Serviços a Contratualizar*, para implementação do RJSPTP – Apoio à preparação do processo de contratualização do serviço público de transporte de passageiros no Médio Tejo, outubro de 2018